

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

ÍNDICE

Balancos Patrimoniais	2
Demonstrações dos Resultados.....	4
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	7
Notas explicativas às demonstrações Contábeis.....	8



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Diretores e Quotistas da
Ventus Holding de Energia Eólica
Ltda.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ventus Holding de Energia Eólica Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Ventus Holding de Energia Eólica Ltda. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada, Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Empresa em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração à respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de dezembro de 2021.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>			(Não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	13.534
IRPJ e CSLL		1	1
Tributos a recuperar	4	35	10
Dividendos JCP Propostos a Receber		-	560
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		36	14.105
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Investimentos em coligadas	5	167.707	171.506
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		167.707	171.506
TOTAL DO ATIVO		167.743	185.611

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Notas</u>	2020	2019
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			(Não auditado)
Tributos a pagar		-	2
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		-	2.992
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		-	2.994
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
	6		
Capital social subscrito e integralizado		169.458	173.006
Reserva de capital		(2.371)	-
Reserva de lucros		656	656
Lucros acumulados		-	8.955
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		167.743	182.617
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		167.743	185.611

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
			(Não auditado)
Gerais e administrativas		(2)	(155)
Outras despesas operacionais		(11)	-
TOTAL DAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(13)	(155)
Resultado de equivalência patrimonial	5	(2.017)	12.635
			-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(2.030)	12.480
Receitas financeiras		158	1.234
Despesas financeiras		(2)	(1.138)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	7	156	96
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(1.874)	12.576
Imposto de renda		(15)	-
Contribuição social		(9)	-
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(24)	-
PREJUÍZO / LUCRO DO EXERCÍCIO		(1.898)	12.576

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2020	2019
		(Não auditado)
(Prejuízo) / Lucro do exercício	(1.898)	12.576
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO	(1.898)	12.576

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Reservas de lucros				Lucros (Prejuízo) acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social subscrito	Reserva de capital	Reserva legal e outras	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Não auditado)		10	-	492	1.249	(795)	956
Ajustes de exercícios anteriores						(2.826)	(2.826)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Não auditado)		10	-	492	1.249	(3.621)	(1.870)
Lucro do Exercício		-	-	-	-	12.576	12.576
Reserva de lucros		-	-	-	(1.227)	-	(1.227)
Reserva legal		-	-	530	-	-	530
Outras reservas		-	-	(388)	-	-	(388)
Aumento de Capital		172.996	-	-	-	-	172.996
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)		173.006	-	634	22	8.955	182.617
Prejuízo do Exercício		-	-	-	-	(1.898)	(1.898)
Reserva de capital - transação com sócios		-	(2.371)	-	-	-	(2.371)
Redução de capital		(3.548)	-	-	-	-	(3.548)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(7.057)	(7.057)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.1	169.458	(2.371)	634	22	-	167.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	2020
<u>Atividades operacionais:</u>		
Prejuízo do exercício		(1.898)
<u>Ajustes para conciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</u>		
Resultado de equivalência patrimonial	5	(2.017)
		(3.915)
Varição de ativos e passivos operacionais		(13.991)
<u>Atividades de investimentos:</u>		
Investimentos em coligadas		6.376
Ágio na aquisição de investimentos	5	(2.371)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		4.005
<u>Atividades de financiamentos:</u>		
Redução de Capital	6	(3.548)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos		(3.548)
<u>Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa</u>		(13.534)
No início do exercício		13.534
No final do exercício		-
Redução do caixa e equivalentes de caixa		(13.534)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ventus Holding de Energia Eólica Ltda. (“Ventus Holding” ou “Empresa”), cuja sede fica localizada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Centro, na Alameda Doutor Carlos de Carvalho, 3º andar, nº 417, CEP 80.410-180 foi constituída em 13 de abril de 2020 é uma sociedade limitada e tem por objeto a participação em outras sociedades no país, como sócio quotista ou acionista em projetos e empreendimentos ligados à exploração do ramo de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica.

A empresa tem participação societária em três parques eólicos:

- a) a Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. que possui 41 aerogeradores com uma capacidade instalada total de 68,5 MWm e está localizado no município de Macau, no estado do Rio Grande do Norte.
- b) A Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. que possui 36 aerogeradores com uma capacidade instalada total de 60,1 MWm e está localizado no município de Galinhos, no estado do Rio Grande do Norte.
- c) A Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. que possui 35 aerogeradores com uma capacidade instalada total de 58,5 MWm e está localizado no município de Galinhos, no Rio Grande do Norte.

Em 02 de dezembro de 2020, a Empresa, que, anteriormente, era controlada diretamente pela J. Malucelli Energia S.A., subsidiária brasileira do grupo espanhol ACS Group, passou a ser controlada diretamente pela AES Tietê Energia S.A. (“AES Tietê”) e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

1.1 Impactos do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações contábeis

A propagação da pandemia de COVID-19 tem causado sérios impactos na economia global e nos mercados financeiros que poderiam potencialmente afetar material e adversamente as operações, condições financeiras e fluxo de caixa de nossos negócios. Em outubro de 2020, o Fundo Monetário Internacional projetou desaceleração relevante ou contração na atividade econômica em 2020, incluindo -4,4% de queda no crescimento mundial e -5,8% no Brasil.

Mesmo com a severidade da crise, não houve ainda nenhum evento que tenha impactado os negócios da Empresa, portanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve impacto relevante nos resultados financeiros e nas operações da Empresa.

À medida que a pandemia do COVID-19 avança, a Empresa tem acompanhado atentamente sua evolução e vem envidando significativos esforços em seu combate. Com o objetivo de avaliar, monitorar e aplicar todas as medidas necessárias pela garantia da segurança e redução máxima de riscos às pessoas e aos negócios, o grupo AES criou um Comitê de Gestão de Riscos e Crise, liderado pela Diretoria de Tesouraria e Riscos.

Nesse sentido a Empresa continuará a revisar e modificar nossos planos a medida que as condições mudarem. Apesar dos esforços para gerenciar e remediar esses impactos para a Empresa, seu impacto final depende de fatores além do conhecimento ou controle da Empresa, incluindo a duração e a gravidade desta pandemia, bem como ações de terceiros para conter sua disseminação e mitigar seus efeitos na saúde pública.

A Empresa continuará a responder a essa crise global por meio de medidas abrangentes para proteger seus funcionários, cumprindo o papel vital de fornecer energia elétrica a nossos clientes. Embora existam restrições de permanência em casa na maioria dos locais em que operamos, as operações são

consideradas essências e estão funcionando normalmente. A maioria de nossos pessoais administrativos e de gestão é capaz de trabalhar remotamente e não houve problemas significativos que afetam as operações ou a capacidade de manter controles internos eficazes e produzir informações confiáveis.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 02 de dezembro de 2021, a Diretoria da Empresa autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A Empresa considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Empresa na sua gestão.

2.2 Políticas contábeis e estimativas

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. Em 31 de dezembro de 2020 a Empresa não utiliza premissas e estimativas contábeis significativas para a elaboração das demonstrações contábeis.

2.3 Base de preparação e apresentação

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2020, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, pois caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos a Empresa dependerá de aporte de recursos por parte de seu acionista. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Empresa, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Empresa prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Empresa. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Empresa, podendo sofrer alterações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Empresa faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Empresa adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Empresa são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: investimentos em coligadas e perda por redução ao valor recuperável.

2.5 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A Empresa revisa, no mínimo anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração, não serão recuperáveis, e portanto, não houve a necessidade de efetuar o teste de recuperação (*impairment test*), assim como, nenhum registro de provisão para redução ao valor recuperável foi efetuado.

2.7 Novos pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2021

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Empresa:

- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1)
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID 19 (Alteração CPC 06 / IFRS 16)

2.8 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Empresa, é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operações. As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica “investimentos de curto prazo”.

O caixa e equivalentes de caixa estão mensurados pelo custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

Os investimentos de curto prazo estão mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os juros e correção monetária, contratados nas aplicações financeiras, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não houve diferença significativa entre o valor das aplicações financeiras ajustado pelos juros e correção monetária e o seu valor justo, portanto não houve ganho ou perda apurado.

	2020	2019
		(Não auditado)
Numerário disponível	-	569
Certificados de depósitos bancários	-	12.965
Total	-	13.534

4. TRIBUTOS A RECUPERAR

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto de renda e contribuição social devidos são devidamente apurados e compensados com as antecipações realizadas.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

	2020	2019
		(Não auditado)
<u>CIRCULANTE</u>		
<u>Tributos a recuperar</u>		
Imposto de renda retido na fonte	34	10
Subtotal	34	10
<u>Outros tributos a recuperar</u>		
PIS e Cofins	1	-
Subtotal	1	-
Total	35	10

5. INVESTIMENTO EM COLIGADAS

Os investimentos da Empresa em coligadas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme o CPC 18, IAS 28 e IFRS 3 para fins das demonstrações financeiras.

As principais informações sobre as coligadas e suas movimentações estão apresentadas abaixo:

Coligadas	Percentual de participação	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Participação da empresa no patrimônio líquido
Brasventos Eolo	49%	101.236	103.717	50.821
Brasventos Miassaba 3	49%	137.022	142.863	70.003
Rei dos Ventos 3	49%	93.595	95.679	46.883
Total			342.259	167.707

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Transferência para Reserva de capital	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Brasventos Eolo	51.474	278	(931)	-	50.821
Brasventos Miassaba 3	69.745	-	258	-	70.003
Rei dos Ventos 3	47.916	311	(1.344)	-	46.883
Ágio	2.371			(2.371)	-
	171.506	589	(2.017)	(2.371)	167.707

A Empresa determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em coligadas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Empresa calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Segue abaixo os saldos patrimoniais e de resultado das coligadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

	Brasventos Eolo	Brasventos Miassaba 3	Rei dos Ventos 3
	2020	2020	2020
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	854	1.046	771
Contas a receber de clientes	2.222	2.833	2.314
Tributos a recuperar	335	697	224
Cauções e depósitos vinculados	1.349	1.678	2.680
Outros ativos	1.723	740	1.497
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	6.483	6.994	7.486
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Cauções e depósitos vinculados	12.700	21.398	9.836
Outros ativos	5.655	15.784	4.140
Imobilizado, líquido	174.242	198.327	172.713
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	192.597	235.509	186.689
TOTAL DO ATIVO	199.080	242.503	194.175

	Brasventos Eolo	Brasventos Miassaba 3	Rei dos Ventos 3
	2020	2020	2020
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	471	1.344	541
Empréstimos e financiamentos	8.912	8.954	9.393
Passivo de arrendamento	-	596	-
Tributos a pagar	642	762	573
Encargos setoriais	15	17	15
Outras obrigações	10.692	9.207	10.117
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	20.732	20.880	20.639
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	67.993	68.258	71.659
Passivo de arrendamento	-	7.791	-
Contas a pagar a partes relacionadas	4.658	390	4.160
Outras obrigações	1.980	2.321	2.037
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	74.631	78.760	77.856
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social subscrito e integralizado	101.236	137.022	93.595
Reserva Legal	591	2.313	1.148
Recursos destinados a futuro aumento de capital	565	-	635
Lucros acumulados	1.325	3.528	302
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	103.717	142.863	95.680
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	199.080	242.503	194.175

	Brasventos Eolo	Brasventos Miassaba 3	Rei dos Ventos 3
	2020	2020	2020
Lucro bruto	16.865	21.757	16.510
Total das despesas e receitas operacionais	(11.760)	(13.626)	(11.947)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	5.105	8.131	4.563
Total do resultado financeiro	(5.629)	(5.889)	(5.974)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(524)	2.242	(1.411)
Total dos tributos sobre o lucro	(1.375)	(1.714)	(1.335)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.899)	528	(2.746)

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Empresa, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no valor de R\$ 169.458 (R\$ 173.006 em 31 de dezembro de 2019, não auditado), representado por 169.458.024 quotas (173.006.024 quotas em 31 de dezembro de 2019, não auditado). Em 18 de agosto de 2020 foi aprovada a 9ª Alteração Contratual onde os sócios de comum acordo reduziram o capital social da Empresa em R\$ 3.548, com cancelamento de 3.548.000 quotas, pela sua excessividade em relação ao seu objeto.

A seguir está apresentada a composição acionária da Empresa:

	2020		2019	
	Quotas		Quotas	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Quotistas			(Não auditado)	(Não auditado)
AES Tietê Energia S.A.	169.458	100%	-	-
Cristiano Malucelli	-	-	43.252	25%
Julia Malucelli	-	-	43.252	25%
Paola Malucelli de Arruda	-	-	43.252	25%
Gabriel Malucelli	-	-	43.252	25%
Total das quotas	169.458	100%	173.006	100%

Em 02 de dezembro 2020, após reforma integral do Estatuto Social da Empresa, os acionistas Cristiano Malucelli, Julia Malucelli, Paola Malucelli de Arruda, e Gabriel Malucelli, cederam e transferiram a totalidade das ações de sua titularidade para a AES Tietê Energia S.A.

6.1 Reservas de lucro

	2020	2019
<u>Reservas de capital:</u>		(Não auditado)
Reserva de capital - transação com sócios	(2.371)	
Subtotal	(2.371)	-
<u>Reservas de lucro:</u>		
Reserva de lucros	22	22
Reserva legal	634	634
Subtotal	656	656
Total	(1.715)	656

7. RESULTADO FINANCEIRO

	2020	2019
<u>Receitas Financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	158	1.185
Juros Sobre Capital Proprio	-	63
Juros Operacao Mutuo Com Terceiros	-	45
(-) PIS/COFINS sobre receita financeira	(2)	(59)
Outras receitas financeiras	2	-
Total	158	1.234
<u>Despesas Financeiras</u>		
Juros e multa por atraso	-	(131)
Encargos financeiros	(2)	(15)
Variação cambial - bônus	-	(2)
Juros sobre mutuo - Pessoas Fisicas	-	(991)
Total	(2)	(1.138)
Resultado financeiro	156	96

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

8.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Empresa são como segue:

	Mensuração do valor justo	2020		2019		Categoria	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)	Notas			(Não auditado)	(Não auditado)		
Numerário disponível	3	Nível 2	-	-	569	569	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo (CDB)	3	Nível 2	-	-	12.965	12.965	Valor justo por meio do resultado
Total			-	-	13.534	13.534	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

A mensuração dos instrumentos financeiros, demonstrada na nota acima está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado. Considera-se Nível 2 quando se utiliza outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observados.

Para as rubricas de caixa e equivalentes de caixa e dividendos a receber, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Empresa optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Mensuração do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros, demonstrada na nota acima, está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco para o nível 3.

8.2 Gerenciamento de riscos

A Empresa está exposta principalmente ao risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Empresa, podendo causar um efeito em sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. Os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Empresa conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e Compliance.

Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Empresa, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A área de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Empresa está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Empresa no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

A Diretoria exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos.

Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégico, financeiro, compliance, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito. A Diretoria também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas.

Ética e Compliance

A Empresa está comprometida em manter os mais altos padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para tanto, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna da Empresa, conduzido pela área de Ética e Compliance, cujo principal objetivo é “conhecer” os seus parceiros e avaliar os riscos trazidos pelas transações a serem analisadas.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e com base na conclusão do processo investigativo, medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - serão tomadas tempestivamente. Se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, os dados gerados pelo processo investigativo serão devidamente informados à governança da Empresa.

b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Empresa incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: equivalentes de caixa e dividendos a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Empresa atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e os respectivos ratings nas principais agências.

A Empresa utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco *rating* inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte:

	2020	2019
		(Não auditado)
Numerário disponível	-	569
Investimentos de curto prazo (CDB)	-	12.965
Total	-	13.534

A Empresa controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Empresa pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Empresa também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

b.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Empresa adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Empresa, bem como a operacionalização e controle destas posições.

(b.3) Riscos de mercado

O principal risco de mercado ao qual a Empresa está exposta é o risco de taxa de juros. A Empresa possui investimentos de curto prazo remunerados pela variação do CDI. Consequentemente, está exposta à flutuação da taxa de juros, impactando suas receitas financeiras. Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras da Companhia foram alocada em CDBs, rentabilizadas pelo CDI.

c) Outros riscos considerados relevantes

c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

c.2) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Empresa. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Empresa. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Empresa terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que eventuais alterações à legislação tributária não produzem efeitos imediatos, de modo que a Empresa não deve ser impactada no mesmo instante em que forem promovidas.

(c.3) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Empresa estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.